Aborto busca compromisso

Freitas do Amaral tentou encontrar uma saída para o problema do aborto. A maioria adia o debate, mas admite que é inevitável

Ana Isabel Abrunhosa e Rosa Pedroso Lima

FREITAS do Amaral garante que a sua proposta sobre o aborto foi aplaudida **«pelos membros mais elevados das hierarquias partidárias»**. Em declarações ao EXPRESSO, o antigo dirigente do CDS contou que além do apoio público do ministro Bagão Félix, **«muitos altos responsáveis do PSD concordam que o caminho é encontrar soluções intermédias, em vez de discutir entre tudo ou nada»**.

Consciente de que não haverá mexidas na lei até 2006, devido ao actual compromisso entre os partidos do Governo, Freitas não deixa de salientar que é importante começar já a reflectir. A sua proposta consiste em manter o aborto como um crime, mas encontrar uma forma jurídica **«de poupar aos horrores da prisão as mulheres que, em verdadeiro desespero, sem outra saída, porventura na maior angústia, decidam abortar»**.

Essa solução passaria pela aplicação da figura do **«estado de necessidade desculpante»**, já prevista na lei penal. Em artigo publicado na revista «Visão», na semana passada, Freitas propôs a seguinte redacção: **«A interrupção voluntária da gravidez presumir-se-á ocorrida em estado de necessidade desculpante, com dispensa da pena, salvo se o Ministério Público (MP) apresentar prova concludente em contrário»**. Ao EXPRESSO explicou que, com essa fórmula legal, a mulher não seria acusada sempre que tivesse feito o aborto por falta de condições económicas ou psicológicas para ser mãe — casos não abrangidos na actual legislação. E o ónus de **«provar que as motivações foram fúteis»** caberia ao MP.

Os juristas antevêem problemas na aplicação prática dessa possível redacção da lei. «**Criminalizar sem punir é um absurdo legal. A lei já é bastante equilibrada, mas podem ser introduzidas outras razões que permitam o aborto lícito. Isso é uma opção política, é um problema de hierarquia de valores»**, afirma Germano Marques da Silva. Para este especialista em Direito Penal **«aqueles que fazem do aborto um negócio, é que não podem ser desculpados»**. Também o magistrado Alexandre Baptista Coelho, presidente da associação dos juízes, considera que a solução de Freitas **«não exclui punição quando há culpa»** e por isso não é **«satisfatória para os que defendem a descriminalização»**.

Por outro lado, uma questão continua por resolver: como evitar que as mulheres recorram ao aborto clandestino? Freitas do Amaral reconhece que **«há todo um trabalho a fazer em termos de planeamento familiar»**, mas já está a pensar numa solução: **«A lei poderia explicitar quais os atestados médicos e/ou declarações sobre a situação económica que a mulher teria de apresentar para fazer o aborto em hospitais do Estado, fora dos casos já previstos»**.

Ministro pede prudência

O ministro do Trabalho e da Segurança Social considera **«positiva»** e **«uma boa base de trabalho»** a proposta avançada por Freitas do Amaral, mas sublinha que o assunto está encerrado por decisão da bancada da maioria. Nem referendo, nem qualquer iniciativa legislativa serão propostas a fazer por PSD e Populares e sobre isso o ministro não tem dúvidas em manter **«uma total solidariedade institucional»**.

Nesse sentido, Bagão Félix só aceitou comentar a ideia avançada por Freitas do Amaral entendendo-a apenas como uma proposta a avaliar no futuro. E, nesse quadro, traz como vantagem principal **«o procurar encontrar uma solução para uma questão que divide artificialmente a sociedade portuguesa»**. E se a matéria corre o risco de voltar à berlinda, **«temos de ser inteligentes no futuro»**, diz, acrescentando que **«enquanto cidadão é claro que prefiro ser parte da solução do que parte do problema»**.

Considerado um dos rostos mais emblemáticos dos movimentos de defesa da vida, o ministro chegou a avançar com uma proposta de alteração da moldura penal prevista para o aborto, admitindo que as mulheres que interrompessem voluntariamente a gravidez pudessem cumprir penas de serviço à comunidade ou fazer trabalho voluntário junto de instituições de apoio a grávidas e a bebés abandonados. Para Bagão Félix a discussão atingiu, novamente, um ponto de extremismo e de maniqueísmo que exige **«propostas de prudência»**. Tanto mais que importa acabar com uma discussão **«minada de artificialismo»** entre as parte envolvidas.

Rui Duarte Silva

Sete mulheres, um médico e nove alegados cúmplices na prática de aborto clandestino foram absolvidos em Aveiro

Juiz absolve arguidos por falta de provas

O TRIBUNAL de Aveiro absolveu, esta semana. o médico e as funcionárias do seu consultório, bem como sete mulheres e respectivos companheiros, que eram acusados de interrupção voluntária da gravidez. Segundo o juiz, **«o colectivo nem chegou a discutir o crime de aborto, mas apenas a produção de prova. Foi aí que o processo desmoronou»**.

Embora tenha concluído que o médico arguido tinha como principal actividade a prática de abortos, o tribunal não deu como provado que o tivesse praticado com qualquer das arguidas. Em primeiro lugar, porque a acusação era baseada em escutas telefónicas, quase todas anuladas pela Relação de Coimbra, e em exames ginecológicos considerados ilegais por não terem mandado.

O MP vai recorrer da sentença, afirmando ter havido **«falta de serenidade e pressões dos 'media' no julgamento»**. Todavia, para o juiz Paulo Brandão, as manifestações **«foram sempre expressas dentro de um clima de respeito e tranquilidade pública que em nada perturbaram o andamento das sessões»**. Segundo o juiz tratou-se mesmo do **«exercício de um direito legítimo dos cidadãos, com ordem e elevação, que constituiu sempre sinal positivo de vitalidade social»**. Para o juiz, as manifestações são um factor **«impulsionador de tomadas de posição do poder político. Se este julgamento servir para a discussão pública, já teve alguma coisa de positivo»**, disse na leitura da sentença.

Depois da absolvição, ouviram-se palmas dos manifestantes que se concentravam à porta do Tribunal. O padre Mário Oliveira marcou presença na manifestação. **«Venho mais uma vez à luta, por causa de uma lei injusta»**, afirmou. E também de Espanha veio apoio aos arguidos. A directora da clínica de Los Arcos, de Badajoz, esteve em Aveiro para reconhecer que assiste muitas portuguesas que, na impossibilidade de recorrerem ao aborto em Portugal, o vão fazer a Espanha por 330 euros.

Pedro Neves

Bagão financia o que ajudou a criar

O Ministério da Segurança Social vai apoiar financeiramente os Centros de Apoio à Vida que prestem assistência a mulheres grávidas, mães e recém-nascidos «especialmente vulneráveis». A medida — que consta do programa do Governo e da lei de Bases da Segurança Social, mas só agora vai avançar — visa atender, acompanhar e mesmo acolher mães ou grávidas em dificuldade e enquadra-se numa estratégia de apoio à «maternidade responsável».

Bagão Félix assume que estes centros não serão criados pelo Estado, mas «baseados em estruturas já existentes» e com as quais o Ministério estabelecerá protocolos de financiamento. Entre elas, estão algumas organizações criadas pelos movimentos de defesa da vida, nomeadamente o Ponto de Apoio à Vida e a Ajuda de Berço, esta última lançada com o apoio do próprio ministro, que integrou o comité de patrocinadores da organização, antes de ingressar no Governo.

Segundo o ministro, a estimativa orçamental aponta para que a Segurança Social possa comparticipar em 95% os custos dos centros. Pinheiro Torres, responsável pela Ajuda de Berço, elogia a iniciativa, frisando que, actualmente, a Segurança Social apoia a instituição com 450 euros mensais por criança, o que corresponde a «apenas um quarto das necessidades orçamentais de uma organização que vive de patrocinadores e de donativos». Bagão Félix disponibilizou quatro milhões de euros para o apoio a esta iniciativa, assim como para lançar uma rede de centros de noite, para apoio a idosos.

R.P.L.